Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, no auditório do CRAS, localizado na Rua José Alves Ribeiro, n° 112, Centro, no município de Contendas do Sincorá/BA, realizou-se a XXVIII Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas. A presidente do Comitê Rita de Cássia Silva Braga deu abertura à reunião, convidando para compor a mesa o Secretário de Agricultura de Contendas do Sincorá, Sr. Adalberto Oliveira, juntamente com Bruno Jardim, representante da Diretoria de Águas do INEMA. O Sr. Adalberto deu as boas vindas aos participantes, enfatizou a relevância de uma reunião como aquela ser realizada na cidade e desejou um bom encontro a todos. O Sr. Bruno Jardim enfatizou a importância do Plano Nacional de Recursos Hídricos dá papel de destaque aos Comitês de Bacia na gestão da água, já que o comitê tem grande representatividade com as visões múltiplas dos atores envolvidos para resolver as questões e conflitos de uso da água. A presidente Rita agradeceu a participação dos dois representantes e desfez a mesa. A Secretária, Josilene Rocha, prosseguiu com a leitura da pauta inicialmente planejada com a seguinte sequência: A Presidente Rita agradeceu aos dois representantes, a mesa foi desfeita e em seguida foi feita a contagem dos membros titulares e suplentes para verificação do quórum, estando presentes 12 (catorze) membros titulares, 18 (dezenove) visitantes e um membro suplente, conforme lista de presença (anexo), sendo constatada a existência de quórum para realização da reunião plenária. A Secretária, Josilene Rocha, fez a leitura da pauta da reunião, aprovada com algumas inversões: **I.** Aprovação da Ata da XXVI Reunião Ordinária ocorrida em Condeúba-BA; **II.** Informes e Comunicados; **III.** Deliberação sobre preenchimento e complementação das vacâncias, resultante do processo de renovação do CBHRC, ocorrido no dia 25 de agosto de 2016; **IV.** Apresentação pela Secretaria de Agricultura do município sobre o Cenário Atual da Crise Hídrica no município de Contendas do Sincorá/Ba; **V.** Apresentação pelo Consórcio Águas da Bahia de proposta de reestruturação do planejamento de participação social na elaboração do Plano de Bacia do Rio de Contas; **VI.** Apresentação do ICMBio Floresta Nacional de Contendas do Sincorá – O contexto dos recursos hídricos das unidades de conservação inseridas na Bacia do Rio das Contas, ações executadas para conservação; **VII.** Regularização das Câmaras Técnicas; **VIII.** Apresentação sobre o resultado das Reuniões de Alocação de Água realizadas Pela Agência Nacional de Águas no Reservatório da Pedra, Morrinhos, Anagé e Tremedal; **IX.** Informes sobre demandas apresentadas ao CBH, encaminhamentos, Conclusão dos trabalhos e encerramento; **X.** Visita a exposição realizada pelo ICMBio Floresta Nacional de Contendas do Sincorá. Após pauta aprovada, a presidente Rita Braga informou que a secretária, embora tenha encaminhado a Ata de Condeúba no dia anterior, não houve tempo hábil para divulgação para os representantes e por isso a aprovação foi postergada para a próxima plenária. Na sequência a presidente Rita Braga apresentou as justificativas de alguns membros (Domingos e Bilizário não justificaram) e seguiu com os informes: relatou que recebeu oficio da Associação Porto Alegre e da Prefeitura de Caculé com intenção de participar do Comitê; informou sobre nova outorga concedida na Bacia do Paraguaçu ao empreendimento de agronegócio, com processo em andamento no Ministério Público devido a inconsistências no licenciamento em área de relevante interesse ecológico em Piatã; Informou também que sobre este caso já havia audiência pública agendada para 09 de setembro de 2018 em Seabra. O Sr. Jalison de Tanhaçu apresentou problema de assoreamento da barragem no povoado de Ourives que, por causa disso, está necessitando abastecimento por caminhão pipa. A Presidente prosseguiu então com a apresentação sobre o quadro de vacâncias: indeterminação sobre a vaga da Prefeitura de Boa Nova, já que o representante saiu e não havia sido encaminhado substituto ainda; vacância referente a saída de representante de Brumado; ainda há seis vagas para suplente no segmento Poder Público Municipal; uma vaga de titular para comunidade tradicional; duas vagas de suplentes para seguimento sociedade civil/ONGs; seis vagas de suplência para usuários sendo que três delas correspondem ao segmento indústria e mineração, uma para setor hidroelétrico, uma para pesca e uma para irrigação e uso agropecuário; e uma vaga de

suplência para o segmento poder público estadual, a BAHIATER tem cadeira porém nunca participou; a FUNAI também tem cadeira cativa representando Poder Público Federal, mas não participa. A palavra foi então franqueada ao Secretário de Agricultura de Contendas do Sincorá, Sr. Adalberto, que discorreu sobre o cenário dos recursos hídricos no município: "A maior parte do município é banhado pelo Rio Sincorá, que nasce na Serra do Sincorá.Com isso há uma janela de 45 a 60 dias durante o período chuvoso que é curto (entre novembro e março) que o rio fica sem recarga." Relatou que um dos grandes conflitos no município são irrigantes que fizeram canais de desvio (pelo menos 8 ou 9 notificados em 1997) que tem grande impacto na vazão do rio e na barragem. Informou que existem aproximadamente 130 irrigantes na região e que ele estima que 90% deles não possuem outorga e aqueles que têm, na maioria das vezes está vencida. Ressaltou a que Contendas tem um potencial climático extremamente favorável para a fruticultura, sobretudo de maracujá, mas falta água para desenvolvê-lo. Destacou os problemas com o uso indiscriminado de agrotóxico e a necessidade de orientação técnica sobre este assunto. Como encaminhamento foi sugerido convite a técnicos do INEMA para ações de Educação Ambiental com foco em irrigantes. O Sr. Pedro, representante do DNOCs, sugeriu a realização de um levantamento do número de irrigantes e vazões utilizadas. O Sr. Deusdete, representante da Embasa, apoiou a sugestão do Sr. Pedro e que a EMBASA poderia ajudar nesse levantamento. Rita apontou a importância de usuários para discutir tecnologias mais eficientes de irrigação. O Sr. Frederico enfatizou que a competência legal pela gestão das águas é do Estado e que é observada ausência do INEMA na fiscalização de situações como essas dos canais de desvios clandestinos. Apoiou a ideia de Rita quanto ao seminário, mas entende que os grandes produtores, que são os que mais impactam, não são sensibilizados e daí a importância de atuação efetiva do órgão fiscalizador. Rita sugeriu como encaminhamento, a exemplo de uma experiência no município de Olarias, a realização de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público para disciplinar o uso da água convocando oficialmente os irrigantes do território prejudicado, que não se restringe a Contendas. O Sr. Adalberto apontou a necessidade de se tomar medidas urgentes, pois em 4 ou 5 anos pode haver colapso na região prevendo intensificação dos conflitos com a redução da disponibilidade hídrica. Questionou também o que se poderia fazer para maior engajamento dos prefeitos nessa discussão. A Professora Roseli destacou ações que a escola já vem desenvolvendo com o alunado e agricultores. O Sr. Marcionílio, representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tanhaçu, denunciou que foi construída estrada no meio do Rio Gavião. O Sr. Bruno Jardim, representante do INEMA, tomou a palavra e relatou que, de fato, existe uma série de limitações do INEMA para atender aos problemas mencionados e que dependem de sensibilização do poder público para fortalecer o órgão. Se imbuiu de passar todos os problemas pontuais destacados na reunião diretamente para o INEMA/DIRAG, mas salientou que com o Plano de Bacia após concluído irá ajudar a solucionar muitos dos problemas e apontou a importância de se resolver as questões da água de forma descentralizada, através de pactuações. Após encerramento desse debate, a Presidente Rita passou a palavra para Bruno Jardim para apresentação da proposta de reestruturação da participação social na elaboração do plano de bacias. Nesse contexto, o Sr. Bruno Jardim destacou a importância da agilidade das Câmaras Técnicas na sequência dos trabalhos e andamento do contrato. Explicou que na retomada da elaboração do plano foi identificada necessidade de melhorar a participação da sociedade e por isso o Consórcio Águas da Bahia, representada pela técnica Cláudia Freitag, estava propondo uma reestruturação no plano de participação social previsto. A Sra. Cláudia foi então convidada a apresentar as alterações para votação do comitê. Cláudia iniciou explicando as fases de elaboração do plano (Fase A – Plano de Trabalho, Fase B – Diagnóstico, Fase C – Prognóstico, Fase D – Equadramento e Plano de Ação). A técnica explanou que a proposta inicial era a realização de 3 três reuniões de andamento do trabalho e 3 consultas públicas itinerantes. Entenderam, no entanto, ampliar o número de consultas públicas para 10 consultas pública distribuídas em cinco regiões

distintas. Haveria uma primeira rodada de reuniões para apresentação de diagnósticos e prognóstico juntos. O objetivo das reuniões seria apresentar o produto, validar com o comitê e refinar os *feedbacks*. As 3 (três) reuniões de andamento seriam mantidas com a apresentação de documento síntese de 20 a 30 páginas para agilizar as discussões. Houve dúvidas de alguns participantes da Plenária sobre a competência do Comitê na tomada de decisão sobre aquela alteração, entretanto, a presidente Rita informou que a plenária é soberana e que considerava que a alteração era favorável, uma vez que a proposta era aumentar o número de reuniões e da participação popular. A proposta de alteração foi votada e aprovada pela maioria dos membros. Em seguida a consultora técnica definiu junto com a plenária as cidades onde seriam realizadas as consultas. Na região 1 ficaram determinadas as cidades de Barra da Estiva na primeira rodada de consultas e Abaíra na segunda rodada. Na região 2: Jequié na primeira rodada e Maracás na segunda rodada. Na região 3: Itacaré na primeira rodada e Ipiaú na segunda rodada. Na região 4: Brumado na primeira rodada e Rio de Contas na segunda rodada. Na região 5: Anagé na primeira rodada e Condeúba na segunda rodada. Dessa forma foram concluídas as alterações. Na sequência da pauta, a Presidente Rita franqueou a palavra aos representantes do ICMBio: Erismar, Gestor da Floresta Nacional de Contendas e Johan, Gestor do Parque Nacional de Boa Nova. Os dois alternaram falas sobre o papel do ICMBio, as diferenças entre as modalidades de área protegidas - Parque Nacional e Floresta Nacional - a localização, tamanho e relevância ambiental do Parque Nacional de Boa Nova e da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá. Esta última considerada a maior Floresta Nacional com bioma Caatinga. Erismar e Johan finalizaram a explanação com apresentação de um dos filmes do documentário "Brasil dos Parques" que mostra o Parque Nacional de Boa Nova e da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá. A Presidente Rita prosseguiu o próximo assunto de pauta informando que as instituições e nomes dos membros para compor as Câmaras Técnicas estavam com os mebros indicados pelas instituições. Sobre as reuniões de alocação dos reservatórios, Rita informou que existem sete reservatórios federais na Bacia do Rio de Contas. Representantes do comitê estiveram presentes em algumas dessas reuniões e compartilharam informações sobre a situação de cada uma. Deusdete, representante da Embasa, e Jeferson, representante da CHESF, estiveram presentes na reunião de alocação do Reservatório da Pedra. A vazão ecológica dessa barragem, antes definida em 4 m³/s, foi reduzida para 2 m³/s a partir de agosto/2018. A Barragem estava com o EH (Estado Hidrológico) vermelho. Rita informou sobre a Barragem de Morrinhos: EH verde, mas na reunião foi pontuada sobre a questão de saneamento básico; e Barragem de Anagé: EH vermelho e com problemas de especulação fundiária (muitas pessoas de fora da região adquirindo áreas no entorno). Na sequência de pauta, Rita apresentou informes relacionadas às atividades do comitê. Informou que o parecer sobre o agronegócio em Piatã se perdeu no Ministério Público e relatou sobre o ENCOB (Encontro Nacional dos Comitês de Bacia) realizado em Florianópolis pontuando sobre a quantidade pequena de comitês na região Norte, onde existe maior abundância hídrica e a necessidade de participação de povos tradicionais e jovens nos comitês. A presidente aproveitou o ensejo para lembrar que haveria reunião extraordinária no sai 11 de setembro em Jequié com pauta única: eleição da diretoria. Por fim deu-se prosseguimento aos seguintes encaminhamentos: o Sobre o problema de assoreamento da barragem no povoado de Ourives, foi sugerido encaminhar demanda à EMBASA e INEMA para tratativa que deveria ser realizada antes do período de chuvas. Sobre a questão dos irrigantes abordada pelo Sr. Adalberto e Admo foi sugerido oficializar a demanda ao Comitê, Ministério Público, INEMA e Embasa para uma ação conjunta. Sobre a denúncia de obstrução do Rio Gavião com uma estrada, foi solicitado ao Sr. Carlinhos oficializar a demanda ao Comitê. Não havendo mais nada a tratar, de acordo com a pauta, a presidente Rita de Cássia Silva Braga e Braga encerrou a reunião agradecendo a todos pela participação na Reunião Plenária Ordinária do CBHRC, tendo sido lavrada a presente ata que será encaminhada para todos os presentes e após lida e aprovada será assinada por mim, Josilene da Silva

Rocha, secretária titular, por Rita de Cássia Silva Braga e Braga, Presidente do CBHRC e demais presentes.

Contendas do Sincorá, 30 de agosto de 2018.

Josilene da Silva Rocha
Secretária

Rita de Cássia Silva Braga e Braga
Presidente do CBHRC